

VALORIZE
O QUE É PÚBLICO.

É SEU!

FOCAE
SP



MANIFESTO EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO

“O serviço público é o patrimônio dos que não têm patrimônio”

Celso Antônio Bandeira de Mello, jurista

São Paulo, 4 de Setembro de 2018.

O Fórum Permanente das Carreiras de Estado – São Paulo (FOCAE-SP) vem a público alertar os cidadãos para o risco que a falta de estrutura deve provocar a médio e longo prazos na prestação de serviços públicos no Estado, afetando, principalmente, a população que mais deles necessita.

As associações e os sindicatos de carreiras públicas que compõem o FOCAE-SP lançam este movimento em defesa do serviço público com três objetivos comuns:

1. Manifestar a importância de um serviço público de excelência para a população;
2. Defender o aprimoramento dos serviços prestados pelas carreiras de Estado;
3. Enfatizar a necessidade de investimentos nos serviços públicos a fim de que a população não seja vítima de sua precarização.

Este manifesto é estendido aos parlamentares paulistas na intenção de congregar esforços para encontrarmos em conjunto formas de evitar a fragilização do serviço público. Este debate é de extrema relevância, pois seu resultado afetará a vida dos cidadãos.

O serviço é apartidário e independente do governo, cuja obrigação é manter a excelência no atendimento ao cidadão e evitar a precarização iniciada décadas

atrás. Já houve desmonte das estruturas de educação e saúde; agora, os alvos são as instituições que representam a segurança pública, a Justiça, a fiscalização e a defesa do cidadão.

É preciso desconstruir o mito de que a redução do Estado é necessária para recuperar a economia, com a conseqüente redução do serviço público. Essa ideia supõe que apenas a iniciativa privada traria eficiência a longo prazo. O sucateamento do serviço público é o efeito perverso dessa tendência, fato que a população já vem percebendo ao procurá-lo: relatos de falta de servidores, instalações inadequadas e condições precárias são constantes.

Garantir a todos o acesso aos serviços essenciais é um dever constitucional do Estado e esses serviços devem ser focados nas pessoas e no retorno social. Essa deve ser a missão do gestor público. Governos passam, o Estado fica. Instituições do Estado não podem ficar à mercê dessa transitoriedade.

Sem um serviço público efetivo e eficiente não há garantia dos direitos fundamentais da sociedade, da vigilância dos gastos públicos, da livre e justa concorrência, de segurança pública, de educação e saúde de livre acesso, nem mesmo a certeza de que o combate à sonegação e à corrupção possam prosperar.

Valorize o que é público. É seu!

FÓRUM PERMANENTE DAS CARREIRAS DE ESTADO – SÃO PAULO (FOCAE-SP)

Associação Paulista de Magistrados (APAMAGIS)

Associação Paulista do Ministério Público (APMP)

Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo (APESP)

Associação Paulista de Defensores Públicos (APADEP)

Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (SINDPESP)

Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (ADPESP)

Sindicato dos Delegados de Polícia Federal do Estado de São Paulo (SINDPF SP)

Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF/SP)

Associação dos Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo (AOPM)

Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (SINAFRESP)

Associação dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (AFRESP)

Federação Brasileira de Fiscais de Tributos Estaduais (FEBRAFITE)

Associação dos Procuradores do Município de São Paulo (APMSP)

Associação e Sindicato dos Auditores-Fiscais Tributários do Município de São Paulo (AAFITSP e SINDAF/SP)

BREVE PANORAMA DAS CARREIRAS PÚBLICAS DE ESTADO

MAGISTRATURA PAULISTA

 **2.363** casos novos por magistrado em 2017, ou 11.262 casos novos/100 mil hab.; 45% do volume de casos (novos e pendentes) do país estão concentrados no TJSP.

 **22%** de defasagem no quadro funcional, acúmulo de Varas e falta de provimento de cargos no TJSP, com 2.651 magistrados dedicados à prestação jurisdicional.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SP

 **+ R\$ 1,77 bi** devolvido aos cofres públicos entre 2017 e 2018 e mais de R\$ 650 milhões de tributos garantidos judicialmente. O orçamento do MP não é gasto, mas investimento.

 **1,116%** é o percentual do Estado ao MP, que encolhe ano a ano (1,25% em 2005). Há 838 cargos vagos; média de 4,2 promotores de Justiça/100 mil hab. abaixo da nacional (5,7).

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

 **R\$ 3,9 bilhões** arrecadados em mais de 1 milhão de execuções fiscais em 2017; defesa do Estado em 688 mil processos, gerando bilhões de economia para o erário; 20 mil pareceres e 6 mil procedimentos disciplinares em 2017.

 **Mais de 400** cargos vagos de procuradores de Estado, unidades com má conservação, falta de viaturas, defasagem de equipamentos etc, e inexistência de carreira de apoio.

DEFENSORIA PÚBLICA

 **1,78 milhão** de atendimentos à população hipossuficiente em SP em 2017 com 724 cargos providos (ideal seriam 3.081, segundo IPEA).

 **43 municípios** paulistas contam com Defensoria Pública (6,7% do total) – devido à falta de investimentos, não chegará a todas as Comarcas até 2022 (Emenda Constitucional 80).

POLÍCIA CIVIL

 **2.844.170 BOs** registrados em 2017 e 175.957 prisões, por mandado ou em flagrante. Foram instaurados 396.560 inquéritos.

 **13.015 cargos vagos**, 687 só de delegados. No interior, delegado acumula mais de duas delegacias. Delegado de Polícia de São Paulo recebe o pior salário do país, na carreira, de acordo com números do Sindpesp.

POLÍCIA FEDERAL

 **R\$ 48 bi** em desvios investigados no país entre 2014 e 2017; 775 mil inquéritos instaurados entre 2014 e 2015, 12,5% deles relativos a corrupção e delitos econômicos.

 **4.397 cargos vagos** (26,4% de todas as carreiras da PF) e déficit de 628 delegados, o maior da instituição. PEC 412/2009, que prevê normas para autonomia orçamentária, está na CCJC da Câmara dos Deputados.

FISCO PAULISTA

 **R\$ 150 bilhões**, resultado da arrecadação tributária em 2017. A arrecadação anual equivale a R\$ 50 milhões para cada agente fiscal de rendas do Estado de SP.

 **5 anos sem concurso**. A falta de renovação dos quadros dificulta a oxigenação das ideias impedindo que as melhores práticas possam ser implementadas.

